



Serviço Social em

Perspectiva

Volume 8, número 2: "Crise do Capital e projetos em disputa "nas veias abertas da América Latina"
Montes Claros (MG). jul./dez. 2024. | ISSN 2527-1849

O ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DOS CAMINHOS APONTADOS PELA POLÍTICA AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO RURAL SUSTENTÁVEL

TACKLING THE EXPRESSIONS OF THE SOCIO-ENVIRONMENTAL ISSUE BASED ON THE PATHS POINTED OUT BY ENVIRONMENTAL POLICY FOR SUSTAINABLE RURAL SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT

Raquel de Lima Duarte¹

Patrícia Crispim Moreira²

Maria do Socorro Pontes de Souza³

Resumo: O Presente artigo resulta das análises realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, nas quais observamos que a década de 1980 marca no Brasil um avanço para as políticas sociais, atrelado ao crescimento dos movimentos sociais, sendo uma das pautas a defesa por um ambiente ecologicamente equilibrado, para garantir uma vida digna à população. Nessa conjuntura, o Serviço Social passa a entender a Questão Ambiental como parte e expressão da Questão Social, estabelecendo a denominação de Questão Socioambiental, constituindo um campo profissional também para assistentes sociais. Diante disso, esse estudo objetiva refletir sobre estratégias utilizadas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável rural, a partir de ações respaldadas na Política Nacional de Meio Ambiente, como forma de enfrentar as expressões da Questão Socioambiental. Nos fundamentamos no método materialista histórico-dialético e para coleta dos dados, nos baseamos nas pesquisas bibliográfica e documental. Consideramos relevante para estimular e fortalecer a discussão da temática no curso, ampliando a realização de trabalhos, contribuindo na construção de conhecimentos nessa área pertinente a estudos e atividades profissionais para a categoria. Indicamos, que a lógica do desenvolvimento capitalista é destrutiva e desigual resultando na Questão Socioambiental, apresentando um cenário de supressão de direitos, fazendo-se necessário estratégias que visem seu enfrentamento. Além disso, revela-se a importância da atuação do Serviço Social nessa área e para tanto, reconhece-se a necessidade de investir ainda

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. ORCID: 0009-0001-6435-7899. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4521036987672530>. E-mail: raquelduarte38@gmail.com.

² Assistente Social/Docente. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. ORCID: 0009-0001-0136-9710. E-mail: patriciaacrispim@servidor.uepb.edu.br

³ Assistente Social/Docente. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Professora efetiva do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social NUPEPSS/DSS/UEPB. ORCID: 0000-0003-2527-3286. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3851880090396552>. E-mail: pontesfelix@servidor.uepb.edu.br

Artigo submetido em: 28 de março de 2024.

Artigo aceito em: 12 de agosto de 2024.

p. 164-192. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202425>

mais na formação, assim como, reconhecer, consolidar e melhor ocupar esse campo de trabalho pela categoria profissional.

Palavras-Chave: Serviço Social; Questão Socioambiental; Desenvolvimento Socioeconômico Rural Sustentável; Política Nacional de Meio Ambiente.

Abstrac: This article is the result of an analysis carried out as part of the course completion work for a degree in Social Work at the State University of Paraíba, in which we observed that the 1980s marked an advance for social policies in Brazil, linked to the growth of social movements, one of whose agendas was the defense of an ecologically balanced environment, in order to guarantee a dignified life for the population. At this juncture, Social Work began to understand the Environmental Question as part of and an expression of the Social Question, establishing the denomination of the Socio-Environmental Question, constituting a professional field for social workers as well. In light of this, this study aims to reflect on the strategies used for sustainable rural socio-economic development, based on actions supported by the National Environmental Policy, as a way of tackling the expressions of the Socio-Environmental Question. We used the dialectical historical materialist method and bibliographical and documentary research to collect the data. We consider it relevant to stimulate and strengthen the discussion of the subject in the course, expanding the realization of works, contributing to the construction of knowledge in this area pertinent to studies and professional activities for the category. We point out that the logic of capitalist development is destructive and unequal, resulting in the Socio-Environmental Question, presenting a scenario of suppression of rights, which requires strategies to confront it. In addition, it reveals the importance of Social Work's work in this area and, to this end, recognizes the need to invest even more in training, as well as to recognize, consolidate and better occupy this field of work by the professional category.

Keywords: Social Services; Socio-Environmental Issue; Sustainable Rural Socio-Economic Development; National Environmental Policy.

INTRODUÇÃO

Ao pensar na Questão Ambiental é preciso compreender e estudar numa perspectiva de totalidade, analisando sua inserção num regime político, econômico e ideológico, que determina sua existência. Assim, os problemas ambientais estão inseridos em um contexto maior, onde se encontra a Questão Socioambiental⁴, a qual implica desigualdade social, que resulta em uma gama de adversidades e problemas sociais, bem como, a necessidade da garantia de direitos. Nesse sentido, a pobreza e a desigualdade enquanto expressões da Questão Social⁵, se refletem nos problemas ambientais. Nessa

⁴ Conforme ressaltam Sauer e Ribeiro (2012, p. 391), "a questão ambiental, pois, é aqui entendida enquanto o modo pelo qual a sociedade se relaciona com o meio em que vive em todas suas facetas", se tornando pertinente e adequado o uso da expressão "Questão Socioambiental".

⁵ Segundo Yamamoto (2000, p. 27), a Questão Social é "apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez

conjuntura, surgem adversidades sociais, com casas em risco de deslizamento, enchentes, doenças físicas e mentais. Além disso, quanto ao ambiente, há um maior desmatamento e poluição com a falta de planejamento nas construções e de saneamento básico. Portanto, as situações emblemáticas do meio ambiente, estão intrínsecas às condições de vida do ser humano, perpassando pela supressão de direitos.

Também, nesse cenário social está presente a insuficiência de políticas de enfrentamento que estimulem a empregabilidade, principalmente no meio rural, evitando assim, o êxodo rural⁶ e o inchaço urbano⁷. Circunstâncias que intensificam um crescimento nos centros urbanos de forma precária e excludente em relação ao direito à cidade. A ida às cidades se deve principalmente à necessidade da população em encontrar atividades que garantam seu sustento, já que em pequenas localidades rurais não vislumbram o desenvolvimento suficiente para garantir uma condição financeira para se manter no local, vivendo de forma digna.

Há também que se destacar a impraticabilidade dos programas de proteção ambiental, reflorestamento e de saneamento básico, muito comum em áreas rurais. Somado à ineficácia, ou até mesmo inexistência, de uma educação que priorize e conscientize sobre a importância do equilíbrio ambiental para a existência humana e que elabore ações práticas para efetivação da sustentabilidade. Assim, é possível constatar que o Estado, por sua estrutura capitalista, não garante verdadeiramente a execução da política ambiental, não oferece condições necessárias para fiscalização e aplicação das leis.

Diante disso, este artigo resultante da pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, apresenta problematizações que sinalizam opções para o desenvolvimento socioeconômico de municípios de maior abrangência rural, por meio de estratégias que visem um desenvolvimento sustentável, com preocupação e promoção da preservação ambiental, configurando-se em uma medida que visa o enfrentamento dessas duas

mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

⁶ “Denomina-se “êxodo rural” o processo de migração de pessoas da zona rural para a urbana, ou seja, a saída de moradores do campo com destino às grandes cidades”. (ESTADÃO, 2022)

⁷ “O inchaço urbano é considerado como o crescimento desordenado de pequenos centros os quais concentram o maior número de pessoas em um único lugar”. (PENSAMENTO VERDE, 2014)

problemáticas na realidade social brasileira. Logo, defendemos a possibilidade de permanência da população em seu local de origem, em condições dignas, através de ações que visem também a sustentabilidade ambiental.

A escolha da temática da Questão Socioambiental advém da preocupação com o meio ambiente, diante da conjuntura atual de mudança climática, tanto na área rural como na urbana, com situações extremas e irregulares de fenômenos naturais, compreendidos, no entanto, sob uma perspectiva socioeconômica. A aproximação com o tema ocorreu através das discussões na disciplina de Tópicos Especiais em Meio Ambiente do curso de Serviço Social da UEPB, na qual demonstrou-se a importância desse debate, para estudantes e profissionais da categoria, enquanto profissão que defende e viabiliza o acesso da população a seus direitos, particularizado na defesa da preservação ambiental, e na proteção à vida.

Segundo Sauer e Ribeiro (2012, p. 391), “a questão ambiental é reconhecida atualmente como uma problemática de caráter predominantemente social e político”. É evidente a ligação entre a problemática ambiental e a questão social, na qual insere-se o trabalho do/da assistente social. Assim, os problemas ambientais se apresentam como expressões da questão social, precisando serem enfrentados através da intervenção do Estado, com as políticas públicas. É neste enquadramento que se encontra a atividade profissional do serviço social, no planejamento, operacionalização e avaliação das políticas sociais.

O estudo objetiva refletir sobre estratégias utilizadas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável rural, a partir de ações respaldadas na Política Nacional de Meio Ambiente, como forma de enfrentar as expressões da Questão Socioambiental. O qual embasamos na realidade de projetos realizados através de instituições governamentais e não governamentais, bem como projetos demandados pela organização da sociedade civil.

Para tanto, a pesquisa teve como base o método materialista histórico-dialético, que melhor se adequa a necessidade da visão mais ampla do objeto, podendo alcançar o maior número de determinantes que influem na realidade analisada, como expressa Netto (2011, p. 22), “Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”.

Nesse sentido, partindo de uma abordagem qualitativa para conhecer a trajetória do objeto, os dados foram levantados através de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 183) se caracteriza por um estudo de fontes secundárias que "abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo". A pesquisa documental é compreendida como o levantamento de dados em que a fonte "está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias", de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 174).

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

É notório que o período de ditadura militar no Brasil, a partir do golpe de 1964, de caráter extremamente repressivo e violento, desencadeou nas pessoas, a vontade e a necessidade de lutar por seus direitos, que vinham sendo avassaladoramente suprimidos e violados. Assim, a década de 1980 no país, fica marcada pelo aumento de movimentos sociais, e, por conseguinte, o processo de redemocratização, com a participação popular reivindicando políticas públicas que garantam melhores condições de vida.

Nessa perspectiva, a preocupação com o meio ambiente - entre outras pautas abordadas - e a cobrança por uma política pública que vise sua proteção, emana das discussões próprias dessa década. Como mostra Sauer e Ribeiro (2012, p. 391), esse é um período marcado pelos debates ocorridos na pioneira Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, no ano 1972, "[...]nos anos 80 aparecem na cena pública no Brasil movimentos sociais em prol do meio ambiente, visando à relação homem-natureza, ocasionados por todo um conjunto de processos econômicos, políticos, jurídicos, sociais e culturais". Mostrando a necessidade da problemática ambiental ser compreendida e analisada no contexto da sociedade e não partindo de observação isolada, entendendo a materialização da Questão Socioambiental.

Ademais, essa preocupação ambiental decorre também das condições nacionais vivenciadas em consequências do desenvolvimentismo⁸, que pautou o desenvolvimento

⁸ Apesar do desenvolvimentismo ter como foco a industrialização e a conseqüente urbanização, Ammann (1991, p. 33) destaca que houve o reconhecimento da "necessidade urgente de modernizar a agricultura e

econômico brasileiro na industrialização e investimento em transportes automotivos, resultando na urbanização em consonância com o êxodo rural, tendo como marca a figura do retirante nordestino, assim como maior desmatamento para criação de rodovias, implicando nas condições precárias para manutenção do meio ambiente adequado para a vida.

Nesse panorama de luta pela preservação ambiental no Brasil, de acordo com Sauer e Ribeiro (2012, p. 392) "como resposta à pressão de movimentos, associações e ONGs", através da Lei 6938 de 1981, cria-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e se implementa a Política Nacional de Meio Ambiente, que tem seus objetivos e princípios, estabelecidos a partir da ideia do desenvolvimento socioeconômico atrelado à manutenção da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

A partir da compreensão da necessidade de proteger o meio ambiente para a perpetuação da vida e diante de toda conjuntura de reivindicação popular, essa pauta esteve presente na construção da Constituição Federal do Brasil de 1988, que marca o processo de redemocratização e um avanço na defesa dos direitos de cidadania. Neste sentido, o Artigo 225 determina que a manutenção do meio ambiente equilibrado constitui um direito e é essencial para a perpetuação da vida. Também específicas ações que deverão ser tomadas pelo Poder Público em conjunto com a população, para alcançar esse objetivo, observando a configuração brasileira de diferentes biomas e culturas (BRASIL, 1988).

Nessa conjuntura de contestação, o período entre as décadas de 1960 a 1980 marca o Serviço Social brasileiro por se constituir, como demonstra Netto (2005) em um momento de extrema importância para o desenvolvimento da profissão, com o processo de renovação do Serviço Social, que culmina com o rompimento com suas bases tradicionais, conservadoras e a definição de novos aspectos e princípios para guiar as/os assistentes sociais, tendo sua concretização na década de 1990, com a construção do

criar nas áreas rurais condições favoráveis à consolidação do sistema capitalista". Diante disso, iniciou-se no Brasil em 1950 a Missão Rural, inspirada nos princípios e técnicas do desenvolvimento de comunidade, no sentido do desenvolvimento agrícola. Com isso, o Serviço Social passa a ter uma forte atuação na zona rural, a partir da criação do Serviço Social Rural em 1955, pelo convênio do Ponto IV com o Ministério da Agricultura. (AMMANN, 1991)

Projeto Ético Político Profissional. Com isso, a categoria passa a defender os interesses da classe trabalhadora, o que a aproxima da problemática ambiental, como defesa da vida e com condições dignas.

Posto isso, seguindo as ideias de Santos e Modesto (2017), de que a profissão tem um viés pedagógico e generalista direcionada a emancipação dos sujeitos, a área ambiental se torna uma possibilidade como espaço sócio-ocupacional para atuação das/dos assistentes sociais, por tudo anteriormente descrito, que tem como desafio maior o entendimento da inserção do/a assistente social nesta área, dando visibilidade para a sua importância e possíveis contribuições, em contraposição às visões restritas que desconsideram as relações existentes entre meio ambiente e a profissão. Circunstância que exprime a necessidade de uma formação que aprofunde esse debate na categoria profissional, assim como, uma forte articulação junto à sociedade civil, no sentido da compreensão do ambiente equilibrado como direito.

Sendo assim, a atuação de assistentes sociais na área ambiental está em um horizonte que possibilita uma articulação entre diferentes políticas públicas, setores, departamentos e profissionais, para viabilizar o acesso aos direitos. De acordo com o pensamento de Frigalba (2011), isso ocorre a partir da ideia de integração do ecológico e do social para a busca de alternativas e soluções face à Questão Socioambiental, em um processo em que se faz necessário a intermediação da educação ambiental e da participação social, âmbitos importantes para a intervenção do Serviço Social, por sua capacidade socioeducativa e pela defesa e incentivo à participação popular em diferentes esferas nacionais.

Portanto, seguindo a premissa da desnaturalização dos problemas ambientais e localizando-os dentro da reprodução social "a questão socioambiental deve ser expandida para além da ideia de preservação das áreas naturais, como resultado de uma análise das desigualdades sociais na atualidade." (SANTOS, 2006, apud SAUER e RIBEIRO, 2012, p. 391) Por isso, se constitui um espaço de trabalho para assistentes sociais e que precisa ser entendido e defendido como tal, para o alcance da solidificação da inserção nos espaços sócio-ocupacionais responsáveis pelo atendimento das demandas que se apresentam, dedicando suas atividades a defesa da classe trabalhadora como estabelece o Projeto Ético-Político da categoria.

Iamamoto (2009, p. 1) destaca que, "a análise dos espaços ocupacionais do assistente social - em sua expansão e metamorfoses - requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial". Deste modo, esses espaços vêm se transformando conforme o desenvolvimento capitalista, com a adoção de medidas para garantir a acumulação capitalista, que cria expressões da questão social e intensifica as já existentes, assim como pelas ações dos movimentos populares em resistência a este quadro. Na conjuntura atual, em que só se acentua a devastação dos recursos naturais, diante do crescimento econômico, é essencial pensar os campos profissionais para além dos tradicionalmente consolidados, "sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade" (IAMAMOTO, 2009, p. 4), com isso, nos auxilia no reconhecimento deste novo campo de trabalho.

A Questão Socioambiental se apresenta nos solos brasileiros em recorrentes desastres, através de expressões como poluição dos recursos hídricos, desmatamento, enchentes, deslizamentos, moradia de riscos, secas extremas, dentre muitas outras situações que inclusive colocam o país em algumas circunstâncias, em estado de calamidade, panorama que em conformidade com o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, requer a presença destes/as profissionais, detalhado no Art. 3º do documento, "são deveres do/a assistente social: d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades" (CFESS, 2012).

Dutra (2020, p. 2) frisa que, "apesar do número expressivo de demandas para o Serviço Social nesse campo, o que se verifica até o momento é uma ênfase excessiva nos impactos e nos atendimentos dele decorrentes". Sobre isto, o CFESS Manifesta (2022) traz o entendimento que a presença do Serviço Social nestas ocorrências deve ser antes, durante e após o período de emergência, na construção e execução de políticas públicas intersetoriais para enfrentamento das expressões e atendimento das demandas da população. Desta maneira,

é preciso pensar nas intervenções de assistentes sociais não somente na execução, mas em todo processo de planejamento, elaboração e execução. A

categoria tem condições de contribuir na prevenção das situações de calamidade, gerar conhecimento sobre os riscos, construir respostas e frentes que busquem a viabilização do acesso à direitos diante das calamidades, assim como atuar na recuperação e reconstrução dos territórios, impactando social e culturalmente nas vidas das pessoas afetadas (CFESS MANIFESTA, 2022, p. 3).

Na realidade brasileira, tendo como base o que alerta lamamoto (2000), as análises, planejamento e execução de providências nesse campo profissional, exige como referência, a compreensão da relação dos problemas rurais e urbanos e de forma ampla compreender como resultado da sociabilidade capitalista.

Finalmente, outro dilema que identifico é a tendência a considerar a sociedade brasileira numa óptica meramente urbana. Dificilmente, em nossos debates, os processos sociais agrários aparecem articulados à questão urbana, correndo o perigo de reincidirmos no velho dualismo rural-urbano. A preocupação orienta-se na direção de resguardar as faces agrária e urbana da sociedade brasileira, procurando entender as ações do Estado e do capital tanto no processo de reprodução ampliada do capital, como na captura da propriedade da terra, subordinando-a aos seus fins e gerando a expulsão de trabalhadores, a luta pela terra, o redimensionamento das relações de trabalho, também no mundo rural (IAMAMOTO, 2000, p. 152-153).

Recorrendo a Sauer e Ribeiro (2012), para apresentar o cenário de inserção do Serviço Social no campo da Questão Socioambiental, entende-se que há lacunas no processo de formação dos profissionais, dificultando o entendimento e disseminação da relevância da profissão nesse campo. Para uma mudança neste cenário precisa especialmente de uma atuação do conjunto CFESS/CRESS no incentivo a debates, instituição de disciplinas na grade curricular dos cursos, implementação de cursos específicos de capacitação para profissionais e, sobretudo, manutenção de grupos de estudos e produção de conhecimento sobre o tema, porque "a falta de produção teórica é outro aspecto relevante, pois acaba fazendo com que os profissionais não se sintam aptos a trabalhar na área, chegando até os campos de atuação bastante despreparados[...]" (SAUER e RIBEIRO, 2012, P. 397). O número incipiente de bibliografia sobre a temática na área do Serviço Social é, sem dúvidas, um desafio que precisa ser superado. Assim, destaca-se a necessidade de aprofundar o debate sobre a Questão Socioambiental na categoria e, nesse caminho, se apresenta como primordial as discussões e conhecimentos construídos nas salas de aulas, em nível da graduação e pós-graduação.

A DISCIPLINA DE TÓPICOS ESPECIAIS EM MEIO AMBIENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB

O curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, é regido por um Projeto Político Pedagógico⁹ que oferta em sua grade curricular disciplinas de forma obrigatória e optativas. O componente curricular Tópicos Especiais em Meio Ambiente é uma disciplina eletiva, com carga horária de 60 horas, que no caso de minha experiência particular, foi cursada no período 2021.2, de forma remota, por causa da necessidade do distanciamento social durante a pandemia da Covid-19.

O desenvolvimento da disciplina é organizado através do Plano de Ensino¹⁰ específico para a mesma. O documento traz na Ementa, como assuntos principais abordados: "Noções de Ecologia, Meio Ambiente, Questão Ambiental enquanto expressão da Questão Social, Desenvolvimento Sustentável: tendências, polêmicas e ações, Legislação e Política Nacional do Meio Ambiente, Educação Ambiental, Serviço Social e Meio Ambiente". O componente tem como objetivo geral "Compreender a Questão Ambiental, enquanto expressão da Questão Social" e tem como justificativa de sua existência "Reconhecer a Questão Ambiental como parte constituinte da Questão Social, e por conseguinte, terreno de trabalho para a categoria profissional do Serviço Social, no uso de suas diversas competências para o enfrentamento das demandas advindas dessa temática".

A dinâmica proposta está fundamentada na legislação brasileira, abarcada pela Constituição Federal de 1988 que define os direitos da população, na qual é garantido o meio ambiente como direito de cidadania (BRASIL, 1988), pela Lei Nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), e também pela Lei Nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e determina no Artigo 2º que "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal."¹¹ (BRASIL, 1999).

⁹ Com base no Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da UEPB, vigente desde 2016.

¹⁰ Usamos como referência o Plano de Curso de Tópicos Especiais em Meio Ambiente, da professora Patrícia Crispim Moreira, do período 2023.1.

¹¹ Frisando que a disciplina de Meio Ambiente no curso de Serviço Social da UEPB é uma eletiva, dependendo da escolha dos/das estudantes, para ser cursada, portanto, não abarca todas/os alunas/os, apenas parte delas e deles cursam.

Os debates realizados nesse componente curricular são de extrema importância para a compreensão de que não existe a separação das expressões da Questão Ambiental face à Questão Social, pois os problemas que se apresentam no meio ambiente são intrínsecos a conjuntura política, econômica e social, consolidando assim, uma questão socioambiental. Como apontam Sauer e Ribeiro (2012, p. 391), a partir do entendimento da relação e responsabilidade dos seres humanos com o meio em que vivem, a questão ambiental “está relacionada com os processos sociais e políticas, faz-se uso do termo ‘questão socioambiental’, para não limitá-la tão somente à relação entre flora e fauna”.

Também, a disciplina propiciou a realização de atividades que buscavam o conhecimento da realidade, compreendendo os determinantes e as expressões que envolvem a Questão Socioambiental, assim como, medidas que são tomadas diante da preocupação com o ambiente, de forma teórica, com leitura e escrita de textos, e prática, com a análise de situações reais, a partir de vídeos e visitas de campo à realidades diversas.

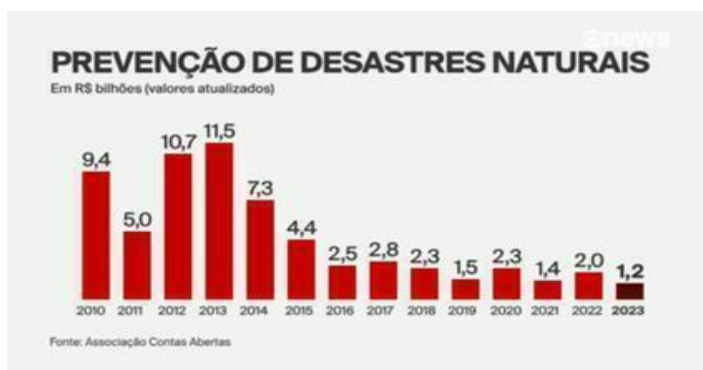
É apresentado às/aos discentes, enquanto futuras/os assistentes sociais, ações que visam o planejamento e execução de medidas profissionais, dentro do campo da política ambiental, inseridas em um trabalho intersetorial, multidisciplinar e multiprofissional. Além disto, ficam evidentes as dificuldades para a inserção nesta área profissional, diante da existência de uma visão conservadora, que ainda persiste, em não reconhecer novos espaços sócio-ocupacionais onde podem ser inseridos os/as assistentes sociais com as suas atribuições e competências. Diante das discussões, o conhecimento construído permite o entendimento da Questão Socioambiental como espaço de estudo e trabalho para o Serviço Social. Com isto, compreende-se a importância de análises dos fatores históricos, sociais e políticos que perpetuam suas expressões na sociedade, bem como a necessidade de planejamento e execução de ações para seu enfrentamento.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO RURAL SUSTENTÁVEL COMO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A conjuntura brasileira atual demonstra a fragilidade e o desgaste do meio ambiente diante das ações humanas, em um projeto societário hegemônico que aprecia o individualismo, a competição e o consumismo, tornando-se, infelizmente, cada vez mais recorrente os desastres decorrentes de situações extremas do clima. Em vista disso, Andrade (2023), no site da Agência Brasil, traz dados do estudo realizado no período de 2013 a 2022 pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), evidenciando que, desastres como tempestades, inundações, enxurradas e alagamentos atingiram, nos últimos dez anos, 5.199 municípios brasileiros, tendo sido registrados estado de emergência ou estado de calamidade pública, representando 93% do total de municípios brasileiros, sendo 2022 o ano mais crítico. A pesquisa também indica que mais de 2,2 milhões de moradias foram danificadas, delas 107.413 foram totalmente destruídas.

Além das mudanças climáticas, esses problemas decorrem da falta de uma efetiva política habitacional, de ampliação do acesso ao saneamento básico e de políticas urbanas que assegurem o direito à cidade, resultando em habitações construídas em áreas que não favorecem as melhores condições para viver, o mais comum do cenário é o inchaço urbano. Sobre isso, Portela (2023), destacou no Correio Braziliense, que em março de 2023, segundo dados do Mapa de Prevenção de Desastres do Serviço Geológico do Brasil, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), "o Brasil tinha 13.648 áreas de risco, das quais 4.160 mil estão classificadas como áreas de risco muito alto e outras 9.498 como de risco alto, colocando a vida de 3.983 milhões de pessoas a perigo".

Apesar desses números significativos, os gastos do governo federal expressam uma queda na destinação de recursos para prevenção de desastres, refletindo uma maior aproximação com ações que priorizem a resposta quando do desastre já ocorrido, como mostra o gráfico disponibilizado por Sant'Ana (2023), no portal G1, com dados do orçamento da União, entre 2010 e 2023, colhidos pela Associação Contas Abertas.

Gráfico 1: Valores no orçamento da União destinados à prevenção de desastres naturais, no período de 2010 a 2023.

Fonte: Associação Contas Abertas, apud Sant'Ana, 2023

O CFESS Manifesta (2022, p. 2) aponta que, “quando se fala em situações de calamidades, é preciso compreender que não se trata de “desastres naturais”, eventos isolados, inesperados, casuais, descolados da sociabilidade burguesa”. Essas circunstâncias mostram como está desenhada a questão socioambiental no cenário brasileiro, conseqüentemente, inflama a necessidade de análise profunda da realidade, partindo do que expõe Baptista e Campos (2013, p. 60), “O atual modelo de desenvolvimento capitalista está baseado na depredação, exploração e acumulação, tendo por imperativo máximo a dimensão econômica, que se sobrepõe e condiciona as outras dimensões da vida humana”.

Engendrada em um contexto político e ideológico e considerando os impactos na saúde e bem-estar da população decorrente dessa situação, reconhece-se a carência de se planejar estratégias que interfiram nesse quadro. “Entendendo a questão socioambiental atual enquanto consequência da incipiente estruturação de políticas sociais e econômicas que fazem uso de um modelo de crescimento depredador dos recursos naturais” (SAUER e RIBEIRO, 2012, p. 392).

Outrossim, as situações de riscos sociais a que as pessoas estão expostas são determinantes no movimento de migração. Neste deslocamento, na busca por locais para se estabelecerem, visando principalmente a maior possibilidade de empregabilidade, está intrínseco a problemática socioambiental, em que são motivados pela condição econômica, social, climática e ao mesmo tempo influencia no crescimento das cidades, em uma realidade com a ausência de políticas públicas que planejem adequadamente às

habitações e garantam a materialização do direito à cidade. Ocasionalmente o estabelecimento em áreas de riscos, em condições mais favoráveis a sofrer com a intensificação dos fenômenos da natureza. Além disso, a situação apresenta maior facilidade para o acometimento de doenças no campo da saúde física e mental, por todo transtorno que envolve uma mudança, a inserção nos diversos serviços públicos, que nem sempre é existente na nova localidade, sobretudo tendo como bagagem o afastamento de suas origens, de seus parentes e de suas tradições.

Sobre isso, Luiz Gonzaga ao cantar a música *Asa Branca*, de sua autoria com Humberto Teixeira em 1947, conta a realidade de um sertanejo que diante das condições de falta de água em sua localidade, não conseguindo mais se manter, precisa sair do local para buscar novas oportunidades: " [...] Entonce' eu disse: adeus, Rosinha, guarda contigo meu coração [...] Hoje longe, muitas léguas, numa triste solidão [...] Eu te asseguro, não chore, não, viu, que eu voltarei',[...] Espero a chuva cair de novo, pra mim voltar' pro meu sertão". No entanto, expressa nos versos sua tristeza por precisar sair de sua terra e se afastar dos seus. Com isso, revela a preocupação do homem com sua família, que também sente falta de sua companhia e, sobretudo, a extrema vontade de voltar para sua terra. Logo, desvela a situação contraditória em que está o personagem, precisando permanecer no local atual para buscar melhores condições de vida, enquanto sua vontade é estar em suas origens, com sua família, não precisar abandonar suas raízes para viver dignamente.

Diante disso, é perceptível que o atual desenvolvimento nas bases do capitalismo, imprime na sociedade a convivência social em uma conjuntura de desigualdade, exploração, competitividade, degradação humana e ambiental. A esse respeito, Baptista e Campos (2013, p. 60) defendem que, "esse paradigma nos desafia a repensarmos os parâmetros atuais do desenvolvimento e efetuarmos profundas mudanças de atitudes, pessoais e coletivas, sobretudo, na maneira de nos relacionar com as pessoas, a natureza e o mercado de consumo."

Nessa concepção, compreendendo de forma crítica o desenvolvimento sustentável¹², a partir da "preocupação com a preservação do meio ambiente conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas da população" (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 44), configura-se um meio para enfrentamento das expressões da Questão Socioambiental. Salientando que, essa percepção, como demonstra Silva (2010), precisa estar em um viés que preza pela participação popular, pela equidade e rompimento com a dependência, ou seja, para além de uma resposta do sistema capitalista para atenuar as marcas de sua destrutividade.

Nesse sentido, planejar o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável, implica pensar, concomitantemente, em desenvolver áreas urbanas e áreas rurais, na perspectiva de que o êxodo rural não seja a opção principal para a população, em busca de viver dignamente, mas sim, consiga permanecer em seus locais de origem.

Baptista e Campos (2013, p. 65) chamam a atenção para a concepção de que "o meio rural precisa ser reconhecido como território de produção e reprodução da vida" então, as localidades deste tipo, têm o potencial para um desenvolvimento de caráter sustentável, desde que sejam criadas políticas públicas que planejem e executem estratégias que busquem a convivência com a realidade local e não buscar mudanças por meio de sua descaracterização. Sendo assim,

o mundo rural precisa de uma noção de desenvolvimento mais ampla, ou seja, um desenvolvimento alternativo e diferente é aquele que conta com as pessoas e suas necessidades e que tem como meta o bem-estar da comunidade globalmente e não dos indivíduos desvinculados uns dos outros (TABARES e HERNÁNDEZ, 1993, apud AGUAYO e GARCIA, 2011, p. 65).

Portanto, esse processo precisa ser ético, prezando pelo bem estar da população, em uma visão ampla, não desvinculada da conjuntura brasileira, e pensado articulado ao planejamento urbano. Além disto, respeitando as características e diversidade local, partindo da defesa da população local como agente transformador, considerando seus conhecimentos em comunhão com os estudos científicos. Diante disto, apresentaremos

¹² "Fundado em um princípio ético – o compromisso intergeracional – o conceito de Desenvolvimento Sustentável passa a nortear ações socioambientais que advogam um modelo econômico que seja 'inclusivo' socialmente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado" (SILVA, 2008, p. 194)

a seguir a experiência de possíveis estratégias para o desenvolvimento socioeconômico rural sustentável.

CAMINHOS APONTADOS PELA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS RURAIS

Primeiramente, é preciso compreender que o desenvolvimento socioeconômico rural sustentável não significa apenas um crescimento na área econômica e que é imprescindível observar as especificidades da região, salientando que,

o desenvolvimento rural não é alcançado apenas mantendo a população no campo. O desenvolvimento implica que se trata de comunidades ativas, dinâmicas, vivas, cuja população constitui parte integrante da comunidade social mais ampla, com condições de vida e participação econômica, social e política similares às do restante da população (TABARES e HERNÁNDEZ, 1993, apud AGUAYO e GARCIA, 2011, p. 65).

Desse modo, o que está posto na Política Nacional do Meio Ambiente, através da Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, é imprescindível para a mudança no cenário em áreas rurais, objetivando alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, com integração do econômico, social e ambiental, como previsto no Artigo 4º da referida Lei: "I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico" (BRASIL, 1981).

Nesse entendimento, é preciso pensar estrategicamente para solidificar os princípios da Lei Nº 6.938/1981 que figuram no Artigo 2º, destacando o item "I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo" (Brasil, 1981), mostrando que deve partir dos governos políticas que busquem o desenvolvimento econômico respeitando a preservação ambiental. Desta forma, é primordial pensar e executar por parte das prefeituras, os serviços que compõem o saneamento básico de forma democrática, alcançando toda a extensão do município, absorvendo as comunidades em áreas rurais, sobretudo as de difícil acesso, fazendo disso um aspecto importante para essas localidades, no processo saúde-doença e no aspecto socioeconômico, com a necessidade de atividades profissionais na execução e estudo constante de novas técnicas, dos serviços públicos como, coleta

seletiva e reaproveitamento de resíduos, tratamento de esgoto e abastecimento de água.

Em se tratando da água, um assunto bem controverso em áreas rurais, na busca pela convivência nessas localidades é preciso um mapeamento característico destes locais constando aspectos como o volume e período de precipitação das chuvas, estruturação de estratégias vislumbrando o armazenamento, e também ampliação de serviços de orientação à população como proceder quanto ao uso e estoque. Na esfera de proteção dos recursos hídricos, é impreterível a construção, pela gestão pública conjuntamente com a população local, de um plano de ações na preservação e proteção dos rios e de suas nascentes. Esse caminho vislumbra a defesa do acesso à água como um direito indispensável à manutenção da vida, acentuado por Costa (2013, p. 136) "a água é um direito de todos e não mera mercadoria".

Ainda seguindo o Artigo 2º da Lei 6.938, no qual consta ser preciso: "IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; VII – acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII – recuperação de áreas degradadas; IX – proteção de áreas ameaçadas de degradação;" (BRASIL, 1981), conjectura a existência de locais destinados à preservação de áreas verdes, preservando e/ou resgatando a biodiversidade do bioma a qual o território rural está inserido, servindo também como espaço para visitação, colocando as pessoas em contato com a natureza e desfrutando de uma opção saudável de lazer, práticas esportivas e convivência social. Prosseguindo, defende-se que deve haver: "VI – incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;" (BRASIL, 1981) permitindo a visão de que é imprescindível o investimento em equipe multiprofissional para investigação das áreas, pensando preservação e recuperação, percebendo como viável e relevante, o incentivo a criação de grupos de estudos envolvendo também professores e estudantes das escolas públicas, para se pensar estratégias para alcançar o desenvolvimento social e econômico das localidades rurais.

Por conseguinte, trazendo mais um princípio, "X – educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente" (BRASIL, 1981), destacando a relevância da formação, da construção e disseminação do conhecimento. Porém, Silva (2010, p. 137)

expõe que "a educação ambiental constitui um conjunto de possibilidades, sendo, portanto, um campo de disputa", ideologicamente e politicamente usada como mecanismo para pensar alternativas nos padrões de crescimento capitalista ou como vertente de questionamento do padrão societário hegemônico. Portanto, nos fundamentamos na defesa da educação ambiental na perspectiva emancipadora, tensionando as bases da reprodução da questão socioambiental, contestando a indicação da pessoa, em sua individualidade, como transformador da situação, através da mudança de seu comportamento, em uma sociabilidade que estimula a produção de mercadoria de forma desenfreada e conseqüentemente, o consumismo, contribuindo para o entendimento da responsabilidade de cada personagem da esfera social, na criação e resolução dos problemas.

O Artigo 4º da referida Lei visa nos itens,

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico (Brasil, 1981).

A partir disso, mostram-se convenientes para o território rural, práticas embasadas na agroecologia "cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional" (FERRAZ, 2021), considerando, sistematicamente, a área situada em uma dimensão sociocultural. Destarte, a agricultura familiar nesse sistema é o maior mecanismo de desenvolvimento econômico no campo, possibilitando, o fornecimento de alimentação e plantas medicinais inclusive para os programas e projetos desenvolvidos nos serviços públicos. Assim, seguindo Ferraz (2021), estrutura-se um processo diferente da orientação dominante de agricultura que é "agressiva ao meio ambiente, excludente, vista socialmente e causadora de dependência econômica".

Desse modo, esse processo é significativo no combate a um problema persistente, que é a fome, na visão da privação de alimento, mas também, no ponto de vista de

alimentação saudável, segura, com escolhas baseadas na qualidade nutricional, o que requer a existência de serviço público para orientação e fiscalização nessa esfera, bem como, políticas públicas que estimulem a produção agroecológica. Em conformidade a isso,

garantir soberania e segurança alimentar e nutricional passa, portanto, por uma concepção de desenvolvimento sustentável que se baseia na agricultura familiar agroecológica, que garante a diversidade e o respeito à natureza, com vida saudável para os seres humanos e toda criação, com respeito à cultura, à identidade e aos hábitos alimentares do povo. (ROCHA, 2013, p. 115-116).

Por este ângulo, é interessante pensar de forma sustentável o uso de fontes energéticas, amparada na concepção renovável e limpa, bastante propícia considerando as características brasileiras. Como indica a Organização das Nações Unidas-ONU (2019), na Agenda 2030, que apresenta os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, trata no 7º da energia limpa e acessível, no sentido de "Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos", indicando a essencialidade de pensar esse panorama, no sentido de haver, nos locais rurais, por parte da gestão municipal, investimento em equipes de estudo e manutenção de técnicas e fontes de energia renovável e limpa, analisando as condições e características da área, assim como, os impactos resultante das instalações, para definir estrategicamente a melhor opção.¹³

Também, a política de meio ambiente do Brasil (BRASIL, 1981), destaca a importância do acompanhamento da biodiversidade local, assim como do uso do solo e da água, comprovando a relevância de órgãos como as secretarias de meio ambiente em âmbito municipal, inclusive em cidades interioranas, consideradas pequenas. Ressaltando que, para melhor aproveitamento de sua existência, é essencial que suas atividades de estudo, planejamento e execução de ações, sejam feitas de

¹³ A BBC News Brasil (2023), apresenta em seu documentário um exemplo de mau planejamento nas instalações de usina eólica, com o drama das famílias de Caetés, em Pernambuco, em que as pessoas "relatam uma série de consequências da instalação de parques eólicos perto de suas casas, como problemas de audição por conta do barulho, sustos com a sombra das torres e aumento da medicação para insônia e ansiedade". Reforçando que as fontes de energias sustentáveis são importantes diante da preocupação ambiental, desde que sejam planejadas tendo a preocupação com as vidas do local.

forma intersetorial, partilhando dos objetivos com as demais secretarias, e essencialmente, respeitando o controle social e a divulgação de dados.

Assim, é primordial que aconteçam mudanças para assegurar o equilíbrio ambiental e uma vida digna ao ser humano. É fundamental nesse processo a construção de políticas públicas, de maneira multidisciplinar e intersetorial, configurando-se um campo de inserção para profissionais do Serviço Social, na defesa dos direitos da população, com análise, planejamento e execução de maneira crítica dessas políticas, a partir da compreensão dos desafios e possibilidades das localidades. Como apresenta o CFESS Manifesta (2022, p. 4),

assistentes sociais podem e devem contribuir na elaboração dos planos diretores, nos processos de regularização fundiária, na gestão de terras, na elaboração dos planos de construção e distribuição de moradias populares, na educação ambiental crítica, com a perspectiva da participação popular, voltada à mobilização da população.

Compreende-se a destrutividade do capitalismo, mediante desenvolvimento excludente e desigual, pautado na dominação e exploração da classe dominante para com a classe trabalhadora e baseado no estímulo à produtividade, à competitividade e ao consumismo e o meio ambiente sendo visto pela classe burguesa apenas com função de acumulação de riqueza. Evidenciando que é imprescindível uma alteração radical da realidade, com a superação do sistema econômico vigente, como defende Rita von Hunty (CANAL TEMPERO DRAG, 2023). Assim, torna-se fundamentalmente importante visibilizar medidas que defendem e põem em prática estratégias que visem um desenvolvimento que combine aspectos social, econômico e ambiental.

PROJETOS BRASILEIROS QUE SOLIDIFICAM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO RURAL SUSTENTÁVEL

É possível observar, em nível de Nordeste¹⁴, algumas instituições que trabalham guiadas pela preocupação ambiental, com o objetivo de desenvolvimento socioeconômico sustentável em áreas rurais. Com isto, percebe-se que há uma preocupação no que está definido na Política brasileira de Meio Ambiente. Ademais, as

¹⁴ Região escolhida por ser onde se localiza a instituição de ensino e residem as autoras.

organizações levantadas têm seus trabalhos realizados na região do semiárido brasileiro¹⁵.

Diante do exposto, em se tratando de estudo, pesquisa e avanço nas técnicas utilizadas, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações-MCTI, dispõe através da Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004, de uma unidade de pesquisa, o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), que busca “promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos polos socioeconômicos e ecossistemas estratégicos da região do Semiárido brasileiro”. (MCTI, 2023).

A política ambiental defende o incentivo e investimento em pesquisa e estudos em âmbito tecnológico e de manejo dos recursos, o que demonstra a importância do Instituto nesse viés, corroborado pelo (MCTI, 2023), ao apresentar a missão do INSA de ser agente de transformação, promovendo inovação tecnológica e social para o Semiárido brasileiro.

Ademais, é apresentado através do Canal INSA MCTI (2023), um interessantíssimo fator de seu trabalho: o envolvimento com a população local, trazendo para discussões também estudantes do ensino básico, através de eventos presenciais e virtuais que mostram resultados de estudos, com objetivo de popularizar a ciência nesse ambiente.

Nesse campo, também está em exercício a Articulação Semiárido Brasileiro-ASA, que é uma rede formada por mais de 3 mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas, que se organizam em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (ASA, 2023). A entidade tem seu surgimento diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil, em um momento que também é marcante nas discussões sobre a proteção ambiental, no início da década de 1990, o que demonstra seu forte vínculo com os movimentos sociais e participação em ações democráticas de reivindicações populares.

¹⁵ O Semiárido Brasileiro se estende pelos nove estados da região Nordeste e também pelo norte de Minas Gerais. No total, ocupa 12% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), sendo portanto um dos semiáridos mais povoados do mundo. (MCTI: INSA, 2023)

Como mostra o Canal Articulação Semiárido (2023), no Youtube, as medidas propostas pela rede buscam, defendem, propagam e põem em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político de convivência com o semiárido em todas suas particularidades. Assim, não existe um combate à seca, mas métodos que possam conviver com esse fator. Em vista disso, busca-se técnicas que visem captar e armazenar alimentos e água suficientes para garantir a segurança alimentar das famílias que nesta área residem. Em um ideal de democratização do acesso a água, são construídas tecnologias de captação e armazenamento de água, baseado na cultura do estoque.

as experiências desenvolvidas e articuladas pela ASA e suas organizações provam que é possível reformular as bases estruturais do modelo de desenvolvimento rural gerador da insegurança alimentar no Semiárido. Elas revelam a possibilidade de estabelecer novas relações entre Estado e sociedade civil, nas quais o Estado assuma o papel de apoiar as iniciativas autônomas e criativas, gestadas no seio da sociedade. Além do mais, só com a participação cidadã de uma Sociedade Civil ativa será possível efetivamente democratizar o Estado, de forma a superar a cultura política dominada pelas práticas de assistencialismo e clientelismo responsáveis pela manutenção da malfadada "indústria da seca" (ASA, 2023).

Nessa lógica, encontra-se também a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, associação de direito civil sem fins lucrativos que atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, desde 1983. A instituição trabalha constituindo espaços de aprendizado coletivo, proporcionando ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas, com forte incentivo à participação do público jovem e das mulheres. (AS-PTA, 2023)

Segundo o Canal AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia (2023), no Youtube, a associação busca constituir um terreiro de inovações no campo, explorando e aprimorando técnicas de manejo do solo, da vegetação, dos animais, oportunizando uma forma de renda através do que é produzido com o estímulo a feiras agroecológicas. A situação da água também é pensada, sendo uma das soluções empregadas, o sistema de reuso de águas cinzas.

A temática da energia renovável também está presente em seus procedimentos, articulando discussões que envolvem órgãos públicos e a população sobre o uso de fontes de energias renováveis, conforme consta no site da AS-PTA (2023), isso ocorre principalmente, para planejar as instalações dessas fontes no sentido de garantir aos/as moradores/as da localidade qualidade de vida e direito ao acesso.

A base de seus programas no Nordeste se apresenta na Paraíba, com o Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, que tem sua atuação em 15 municípios compreendidos pela área de abrangência do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, objetivando fortalecer as capacidades sócio-organizativas, técnicas e políticas do Pólo e de suas organizações, para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural na região, baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia (AS-PTA, 2023).

O Programa gerido pelo AS-PTA na Paraíba, está localizado no Polo da Borborema e segundo o site "Novos Paradigmas para um outro mundo possível" (2023), é formado por uma rede de 15 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STRs), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, que articulam mais de cinco mil famílias agricultoras. Objetivando promover intercâmbios de práticas e conhecimentos para fortalecer a agricultura familiar, o enfoque agroecológico e a agrobiodiversidade, como eixos de um desenvolvimento rural sustentável. As trocas de saberes vão desde a criação de animais e plantas medicinais até o processamento de frutas e outros produtos, com procedimentos desde a produção até o escoamento.

A estratégia do programa está orientada para o aprimoramento das capacidades técnicas, metodológicas, sócio-organizativas e políticas das organizações vinculadas ao Polo para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural local baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental agroecológica, com foco no trabalho coletivo e compartilhamento, estimulando pela participação da juventude em todo processo, na defesa da manutenção da população em seus locais de origem.

A existência dessas corporações além de representar uma ação de resistência, na busca pela vivência nesses locais, demonstra o quanto é importante pensar um desenvolvimento sustentável com base na preocupação econômica, social e ambiental e

nesse processo o planejamento de políticas públicas e conseqüentemente, planos, programas e projetos, precisam abarcar as zonas rurais e urbanas, pensando o país em sua totalidade, mas respeitando as particularidades das localidades. Além disso, observa-se a partir do trabalho dessas instituições a defesa da democratização do acesso ao solo e a água, indicando a importância da Reforma Agrária para melhor distribuição da terra e garantia de melhores condições de vida à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica do mercado exerce influência no consumo, estimulando a compra e produção de mercadorias sem preocupação com desmatamento e poluição, porque a obtenção de mercadorias indiscriminadamente implica maior produção e conseqüentemente intensificação na extração de matéria-prima e também um maior descarte de resíduos.

Em meio a isso, existe um movimento ideológico próprio do sistema capitalista que introduz nos seres humanos necessidades, fetichismo e estereótipos, que envolve a conquista do lucro, a partir da venda de um sonho, de um desejo, que compreende uma mercadoria ou um serviço. Neste processo, acabamos vendo como resultado, uma maior competição entre humanos e sentimento de frustração para consigo, ou seja, uma crescente nos problemas psicossociais.

Nesse ponto de vista, o modo de produzir e reproduzir-se do sistema capitalista submeteu a humanidade a condições contraditórias de riqueza e miserabilidade, de avanço tecnológico e degradação dos recursos naturais, alcançando o patamar atual da problemática ambiental. Ademais, os problemas no meio ambiente, inseridos no contexto de desigualdade social mantido pelo projeto societário burguês, institui a chamada Questão Socioambiental.

Questão essa que abarca expressões no campo ambiental, como os desastres ambientais e no campo social, como doenças e o desigual acesso à terra e água, que estão intrinsecamente relacionadas. Neste cenário, também podemos destacar que os problemas rurais e urbanos não se distanciam e precisam ser compreendidos de forma articulada.

Diante disso, é preciso estabelecer estratégias para uma nova forma de desenvolvimento social e econômico, que estabeleça um planejamento visando a preservação do meio ambiente, sobretudo como garantia da perpetuação da vida, pois a natureza está mostrando seus limites em relação à ação humana.

Com esse entendimento, técnicas que visem desenvolver socioeconomicamente as áreas rurais, fundamentadas na sustentabilidade ambiental, se mostram pertinentes, no sentido de enfrentamento das expressões da questão socioambiental nessas localidades e, conseqüentemente, interferindo também no plano urbano. Destarte, a Lei Nº 6.938/1981, referente a Política brasileira do Meio Ambiente, apresenta estratégias oportunas a serem pensadas para alcançar o objetivo referido, por tudo que defende e propõe, ficando evidente a necessidade de sua observação para pautar as ações das instituições.

Essa realidade de desenvolvimento, se apresenta como um propósito possível de ser alcançado, comprovado pela existência de organizações brasileiras, como o INSA, a ASA e a AS-PTA, que culminam em programas como o realizado no Polo da Borborema, na Paraíba, que realiza atividades que buscam o desenvolvimento rural sustentável, na visão de ser essencial para mudar o contexto brasileiro e além disso, se mantém ao longo dos anos marcados pela preocupação com o meio ambiente.

No mais, a existência da questão socioambiental exprime a supressão de direitos da população, situação que requisita a ação do Serviço Social, tanto na perspectiva de garantir acesso ao que regulamenta a Constituição Federal do Brasil de 1988, como na percepção de organização civil no tensionamento das bases que reproduz a questão socioambiental.

Logo, as pesquisas e as ações interventivas feitas pela categoria devem estar fincadas na intersetorialidade, perpassando diferentes políticas públicas, setores públicos e organizações da sociedade civil e com bases em atuação multiprofissional para melhor planejamento. Por fim, fundamentadas nas condições de vida da classe trabalhadora, quem está em situação de vulnerabilidade, prezando pela efetivação dos direitos de forma equitativa.

Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de um maior investimento na formação de Assistentes Sociais, bem como o reconhecimento desse campo de trabalho que precisa ser consolidado e melhor ocupado pela categoria profissional.

REFERÊNCIAS

AGUAYO, Inmaculada Herranz; GARCÍA, Luis Miguel Rondón. O meio ambiente como fator de desenvolvimento: uma perspectiva a partir do Serviço Social. In. GÓMEZ, J. A. D.; AGUADO, O. V.; PÉREZ, A. G. (orgs). **Serviço Social e Meio Ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 59–70.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

ANDRADE, Juliana. **Desastres naturais atingiram 93% dos municípios nos últimos 10 anos: Mais de 4,2 milhões de pessoas tiveram de deixar as próprias casas**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 27 de jul. de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/desastres-naturais-atingiram-93-dos-municipios-nos-ultimos-10-anos>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO-ASA. **Sobre Nós**. Site Articulação Semiárido Brasileiro-ASA, © 2023. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

AS-PTA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA. **Quem Somos**. Site AS-PTA agricultura familiar e agroecologia, © 2023. Disponível em: <https://aspta.org.br/>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

BAPTISTA, Naidison de Quintela; CAMPOS, Carlos Humberto. Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento do Semiárido. In. CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (orgs). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: Editora IABS, 2013. p. 59–72.

CANAL BBC NEWS BRASIL. **O drama das famílias que vivem embaixo de torres de energia eólica na cidade de Lula**. Youtube, 14 de ago. de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0iCo_t9pY6g. Acesso em: 29 de nov. de 2023.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 de out. de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras

providências. Brasília: Presidência da República, [1981]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 06 de out. de 2023.

BRASIL. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm#:~:text=L9795&text=LEI%20No%209.795%2C%20DE%2027%20DE%20ABRIL%20DE%201999.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental,Ambiental%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art. Acesso em: 14 de nov. de 2023.

CANAL ASA BRASIL. **Articulação Semiárido**. Youtube, © 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/@ArticulacaoSemiarido>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

CANAL AS-PTA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRO. **AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia**. Youtube, © 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/@as-ptaagriculturafamiliareagro/videos>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

CANAL INSA MCTI. **INSA- Instituto Nacional do Semiárido: Unidade de Pesquisa do MCTI**. Youtube, © 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/@INSAMCTI/featured>. Acesso em: 16 de nov. de 2023.

CANAL TEMPERO DRAG. **Produção de Consenso - ABC do Socialismo #02**. Youtube, 26 de out. de 2023. Disponível em: https://youtu.be/z4d_GyRz7eA?si=kPWpx7PMYKf-btyj. Acesso em: 8 de dez. de 2023.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 06 de out. de 2023.

CFESS MANIFESTA. **O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades: Situações de desastres requerem assistentes sociais. E agora?** Brasília (DF): CFESS-Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social, 21 de março de 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-ASemCalamidades.pdf>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

COSTA, Jales Dantas da. Direito humano à água. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (orgs). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: Editora IABS, 2013. p. 127-138.

DUTRA, Adriana Soares. **Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 1-14, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/33974/26266>. Acesso em: 15 de nov. de 2023.

ESTADÃO. **Êxodo rural: causas e consequências**. Canal Agro Estadão, 2023. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/exodo-rural-causas-e-consequencias/>. Acesso em: 29 de nov. de 2023.

FERRAZ, José Maria Gusman. **Agroecologia**. Site EMBRAPA, 2021. Disponível: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/politicas/agroecologia>. Acesso em: 4 de nov. de 2023.

FRIGALBA, Ana Carmem. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: GÓMEZ, J. A. D.; AGUADO, O. V.; PÉREZ, A. G. (orgs). **Serviço Social e Meio Ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 11-26.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. **Asa Branca**. Rio de Janeiro: RCA, 1947. (2:51 min.) <https://www.letras.mus.br/blog/historia-asa-branca/>. Acesso em: 1 de nov. de 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília CFESS/ ABEPSS, 2009. p. 341-376.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA-MCTI. **Instituto Nacional do Semiárido - INSA**. Site do Ministério da Ciência e Tecnologia: Instituto Nacional do Semiárido, © 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br>. Acesso em: 16 de nov. de 2023.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Site Nações Unidas no Brasil, Copyright © 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOVOS PARADIGMAS PARA UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL. **Pólo da Borborema - Intercâmbio de técnicas entre agricultores do Semiárido**. Site Novos Paradigmas,

Copyright © 2023. Disponível em:
<https://www.novosparadigmas.org.br/pratica/intercambio-de-tecnicas-entre-agricultores-do-semiarido/>. Acesso em: 18 de nov. de 2023.

PENSAMENTO VERDE. **Planejamento urbano: as consequências do inchaço urbano**. Site Pensamento Verde, 2014. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/planejamento-urbano-consequencias-inchaco-urbano/>. Acesso em: 29 de nov. de 2023.

POLO DA BORBOREMA. **Cultivando e Compartilhando Experiências**. Facebook, 2023. Disponível em: https://www.facebook.com/polodaborborema/?locale=pt_BR. Acesso em: 18 de nov. de 2023.

PORTELA, Michelle. **Brasil tem mais de 13,6 mil áreas de risco para desastre ambiental: Das áreas de risco, 4.160 mil estão classificadas como de risco muito alto e outras 9.498, de risco alto, colocando a vida de 3.983 milhões de pessoas em perigo**. Site Correio Braziliense, 10 de mar. de 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/03/5079467-brasil-tem-mais-de-136-mil-areas-de-risco-para-desastre-ambiental.html>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

ROCHA, José Camelo da. Soberania e segurança alimentar no Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (orgs). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: Editora IABS, 2013. p. 107-116.

SANT'ANA, Jéssica. **Verba federal prevista para prevenção de desastres é a menor em 14 anos, diz associação: Levantamento do Contas Abertas considera valores atualizados pela inflação. Para 2023, Orçamento da União prevê R\$ 1,17 bilhão para ações contra desastres naturais**. G1, Brasília, 22 de fev. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/20/verba-prevista-para-prevencao-de-desastres-e-a-menor-em-14-anos.ghtml>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

SANTOS, Tatiana Ferreira dos; MODESTO, Mônica Andrade. **Assistente social educador ambiental: caminhos para a construção de sujeitos emancipados**. 10^o enfope, 11^o fopie, 2017, Aracajú.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edaléa Maria. **Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 390 - 398, ago./dez. 2012.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo contemporâneo e "questão ambiental": o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço social**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

UEPB. **Plano de Ensino: disciplina Tópicos Especiais em Meio Ambiente.** UEPB, 2023.

UEPB. **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO SERVIÇO SOCIAL.** Campina Grande: EDUEPB, 2016.